

Direito Administrativo

01. Ao analisarmos o regime jurídico dos servidores públicos federais, podemos afirmar que:

- A) Poderá ser concedida licença ao servidor por motivo de doença do cônjuge ou companheiro, dos pais, dos filhos, do sogro ou sogra e enteado, ou dependente que viva a suas expensas e conste do seu assentamento funcional, mediante comprovação por perícia médica oficial.
- B) O servidor candidato a cargo eletivo na localidade onde desempenha suas funções e que exerça cargo de direção, chefia, assessoramento, arrecadação ou fiscalização, dele será afastado, a partir do dia do registro de sua candidatura perante a Justiça Eleitoral, até o décimo dia seguinte ao do pleito.
- C) A critério da Administração, poderão ser concedidas ao servidor ocupante de cargo efetivo, licenças para o trato de assuntos particulares pelo prazo de até três anos consecutivos, sem remuneração.
- D) Caso o servidor esteja servindo em uma das Forças Armadas, concluído o serviço militar, terá até 30 (trinta) dias sem remuneração para reassumir o exercício do cargo.
- E) No deslocamento de servidor cujo cônjuge ou companheiro também seja servidor público, civil ou militar, de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, poderá haver exercício provisório em órgão ou entidade da Administração Federal direta, autárquica ou fundacional, independentemente de atividade compatível com o seu cargo.

02. Assinale a alternativa incorreta (considerando o prescrito na Lei Estadual nº 6.123, de 20 de julho de 1968 – Estatuto dos Servidores Públicos do Estado de Pernambuco):

- A) Serão concedidos ao servidor público, após cada decênio de serviço efetivo prestado ao Estado, seis meses de licença-prêmio, com todos os direitos e vantagens do cargo efetivo, no entanto, não será concedida se o servidor houver cometido, no decênio correspondente, falta disciplinar grave.
- B) A transferência será feita no caso de readaptação do funcionário para cargo mais compatível com a sua capacidade física ou intelectual, atendida a conveniência do serviço, sendo, necessariamente, precedida de avaliação de desempenho funcional, treinamento ou prova de capacidade intelectual, na forma estabelecida em regulamento, satisfeito o requisito de habilitação profissional.
- C) A servidora gestante tem direito à licença-maternidade de 180 (cento e oitenta) dias, com vencimento integral.
- D) Sem prejuízo do vencimento, ou de qualquer direito ou vantagem, o funcionário poderá faltar ao serviço até oito dias consecutivos, por motivo de falecimento do cônjuge, pais, filhos ou irmãos.
- E) A licença para tratamento de saúde deverá ser requerida no prazo de oito dias, a contar da primeira falta ao serviço.

03. Assinale a alternativa correta:

- A) Num processo administrativo disciplinar, a autoridade responsável pelo julgamento deverá observar o princípio da correlação, isto é, os fatos considerados na decisão deverão ter sido formalmente cientificados ao processado, visando assegurar ao mesmo o exercício da ampla defesa e do contraditório.
- B) Um servidor público foi condenado num processo administrativo disciplinar, recebendo como pena a demissão. Ocorre que pelo mesmo fato que ensejou a instauração do feito administrativo, o servidor foi absolvido num processo criminal sob o fundamento de insuficiência de prova. Diante desse cenário, o servidor será reintegrado ao serviço público, tendo em vista a comunicação das instâncias penal e administrativa.
- C) A falta de defesa técnica por advogado num processo administrativo disciplinar enseja na nulidade do feito.
- D) O servidor estável só perderá o cargo em virtude de processo administrativo disciplinar.
- E) Num processo administrativo disciplinar, o formalismo deverá ser observado, não havendo margem de discricionariedade para quem o preside, preservando-se, portanto, a segurança jurídica na relação entre a administração pública e o servidor.

04. Assinale a alternativa correta (atinentes à concessão e permissão de serviço público):

- A) As concessionárias de serviços públicos, de direito público e privado, nos Estados e no Distrito Federal, são obrigadas a oferecer ao consumidor e ao usuário, dentro do mês de vencimento, o mínimo de três datas opcionais para escolherem os dias de vencimento de seus débitos.
- B) Em relação à concessão de serviço público, não cabe ao poder concedente estimular a formação de associações de usuários para defesa de interesses relativos ao serviço.
- C) As contratações, inclusive de mão-de-obra, feitas pela concessionária serão regidas pelas disposições de direito privado e pela legislação trabalhista, não se estabelecendo, em regra, qualquer relação entre os terceiros contratados pela concessionária e o poder concedente, uma vez que este subsidiariamente poderá ser responsabilizado.
- D) Toda concessão de serviço público, precedida ou não da execução de obra pública, será objeto de prévia licitação, nos termos da legislação própria e com observância dos princípios da legalidade, moralidade, publicidade, igualdade, do julgamento por critérios subjetivos e da vinculação ao instrumento convocatório.
- E) Toda concessão ou permissão pressupõe a prestação de serviço adequado ao pleno atendimento dos usuários, entendendo-se como serviço adequado o que satisfaz as condições de regularidade, continuidade, eficiência, segurança, atualidade, generalidade, cortesia na sua prestação e modicidade das tarifas.

05. Considerando o prescrito na Lei nº 8.666/93, assinale a alternativa incorreta:

- A) Concorrência é a modalidade de licitação entre quaisquer interessados que, na fase inicial de habilitação preliminar, comprovem possuir os requisitos mínimos de qualificação exigidos no edital para execução de seu objeto.
- B) Tomada de preços é a modalidade de licitação entre interessados devidamente cadastrados ou que atenderem a todas as condições exigidas para cadastramento até o terceiro dia anterior à data do recebimento das propostas, observada a necessária qualificação.
- C) Convite é a modalidade de licitação entre interessados do ramo pertinente ao seu objeto, cadastrados ou não, escolhidos e convidados em número mínimo de 3 (três) pela unidade administrativa, a qual afixará, em local apropriado, cópia do instrumento convocatório e o estenderá aos demais cadastrados na correspondente especialidade que manifestarem seu interesse com antecedência de até 48 (quarenta e oito) horas da apresentação das propostas.
- D) Concurso é a modalidade de licitação entre quaisquer interessados para escolha de trabalho técnico, científico ou artístico, mediante a instituição de prêmios ou remuneração aos vencedores, conforme critérios constantes de edital publicado na imprensa oficial com antecedência mínima de 45 (quarenta e cinco) dias.
- E) Nos casos em que couber convite, a Administração poderá utilizar a tomada de preços e, em qualquer caso, a concorrência.

06. Assinale a alternativa incorreta:

- A) A deliberação é uma espécie de ato administrativo normativo.
- B) O ofício é uma espécie de ato administrativo ordinatório.
- C) O visto é uma espécie de ato administrativo negocial.
- D) A renúncia é uma espécie de ato administrativo enunciativo.
- E) A destruição de coisa é uma espécie de ato administrativo punitivo.

07. Não exclui a responsabilidade objetiva do Estado:

- A) Dano causado por terceiro.
- B) Dano causado pela natureza.
- C) Danos causados por pessoas jurídicas de direito privado que explorem atividade econômica.
- D) Danos decorrentes de culpa da vítima.
- E) Danos provocados por agente público de serviço na forma culposa.

08. O Estado brasileiro caracteriza-se pela existência de uma quantidade razoável de serviços delegados a terceiros. Visando o controle desses serviços delegados, foram criadas as agências reguladoras que na realidade são:

- A) Autarquias
- B) Fundações
- C) Órgão Públicos
- D) Empresas Públicas
- E) Sociedades de economia mista

Direito Constitucional

09. Assinale a alternativa correta:

- A) As comissões parlamentares de inquérito, que terão poderes de investigação próprios das autoridades judiciais, além de outros previstos nos regimentos das respectivas Casas, serão criadas pela Câmara dos Deputados e pelo Senado Federal, em conjunto ou separadamente, mediante requerimento de um sexto de seus membros, para a apuração de fato determinado e por prazo certo, sendo suas conclusões, se for o caso, encaminhadas ao Ministério Público, para que promova a responsabilidade civil ou criminal dos infratores.
- B) A discussão e votação dos projetos de lei de iniciativa do Supremo Tribunal Federal, em que haja a solicitação de urgência, compelem a Câmara dos Deputados e o Senado Federal a se manifestarem sobre a proposição, cada qual sucessivamente, em até quarenta e cinco dias, do contrário, sobrestar-se-ão todas as demais deliberações legislativas da respectiva Casa, com exceção das que tenham prazo constitucional determinado, até que se ultime a votação.
- C) A matéria constante de projeto de lei rejeitado somente poderá constituir objeto de novo projeto, na mesma sessão legislativa, mediante proposta de um terço dos membros de qualquer das Casas do Congresso Nacional.
- D) O controle externo das entidades da administração indireta, a cargo do Tribunal de Contas da União, visa, dentre outros objetivos, julgar as contas dos administradores e demais responsáveis por dinheiros, bens e valores públicos, incluídas as fundações e sociedades instituídas e mantidas pelo Poder Público federal, e as contas daqueles que derem causa a perda, extravio ou outra irregularidade de que resulte prejuízo ao erário público.
- E) Caso o Presidente da República considere projeto de lei, no todo ou em parte, inconstitucional ou contrário ao interesse público, vetá-lo-á total ou parcialmente, no prazo de quinze dias úteis, contados da data do recebimento, e comunicará, dentro de quarenta e oito horas, ao Presidente do Senado Federal os motivos do veto.

10. Assinale a alternativa correta:

- A) A polícia rodoviária federal, órgão permanente, organizado e mantido pela União e estruturado em carreira, destina-se, na forma da lei, ao policiamento de trânsito das rodovias federais.
- B) Às polícias civis, dirigidas por delegados de polícia de carreira, incumbem as funções de polícia judiciária e a apuração de infrações penais, exceto as militares.
- C) A polícia federal, instituída por lei como órgão permanente, organizado e mantido pela União e estruturado em carreira, destina-se, dentre outras atribuições, a prevenir e reprimir o tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins, o contrabando e o descaminho, tornando desnecessária a ação fazendária, uma vez que já foi realizada com a intervenção dessa Corporação.
- D) As polícias militares, forças auxiliares e reserva do Exército, destinam-se, dentre outras atribuições, a exercer as funções de polícia fluvial.
- E) A segurança pública, dever do Estado, direito e responsabilidade de todos, é exercida para a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio, através de diversos órgãos, dentre os quais as Guardas Municipais.

11. Assinale a alternativa correta:

- A) O Tribunal Superior do Trabalho compor-se-á de vinte e sete Ministros, escolhidos dentre brasileiros com mais de trinta e menos de sessenta e cinco anos, nomeados pelo Presidente da República após aprovação pela maioria absoluta do Senado Federal.
- B) O Superior Tribunal Militar compor-se-á de onze Ministros vitalícios, nomeados pelo Presidente da República, depois de aprovada a indicação pelo Senado Federal, sendo quatro dentre oficiais-generais da Marinha, quatro dentre oficiais-generais do Exército, três dentre oficiais-generais da Aeronáutica, todos da ativa e do posto mais elevado da carreira.
- C) Compete à Justiça Militar estadual processar e julgar os crimes militares definidos em lei e as ações judiciais contra atos disciplinares militares, ressalvada a competência do júri quando a vítima for civil, cabendo ao tribunal competente decidir sobre a perda do posto e da patente dos oficiais e da graduação das praças.
- D) O Supremo Tribunal Federal poderá, de ofício ou por provocação, mediante decisão de dois terços dos seus membros, após reiteradas decisões sobre matéria constitucional, aprovar súmula que, a partir de sua publicação na imprensa oficial, terá efeito vinculante em relação aos demais Poderes, em especial à administração pública direta e indireta, nas esferas federal, estadual e municipal, bem como proceder à sua revisão ou cancelamento, na forma estabelecida em lei.
- E) Os pagamentos devidos pelas Fazendas Públicas Federal, Estaduais, Distrital e Municipais, em virtude de sentença judiciária, far-se-ão exclusivamente na ordem cronológica de apresentação dos precatórios e à conta dos créditos respectivos, proibida a designação de casos ou de pessoas nas dotações orçamentárias e nos créditos adicionais abertos para este fim.

12. Sobre a Ordem Social, assinale a alternativa incorreta:

- A) A seguridade social compreende um conjunto integrado de ações de iniciativa dos Poderes Públicos e da sociedade, destinadas a assegurar os direitos relativos à saúde, à previdência e à assistência social.
- B) O produtor, o parceiro, o meeiro e o arrendatário rurais e o pescador artesanal, bem como os respectivos cônjuges, que exerçam suas atividades em regime de economia familiar, sem empregados permanentes, contribuirão para a seguridade social mediante a aplicação de uma alíquota sobre o resultado da comercialização da produção e farão jus aos benefícios nos termos da lei.
- C) O regime de previdência privada, de caráter complementar e organizado de forma vinculada ao regime geral de previdência social, será facultativo, baseado na constituição de reservas que garantam o benefício contratado, e regulado por lei complementar.
- D) Para efeito de aposentadoria, é assegurada a contagem recíproca do tempo de contribuição na administração pública e na atividade privada, rural e urbana, hipótese em que os diversos regimes de previdência social se compensarão financeiramente, segundo critérios estabelecidos em lei.
- E) É vedado o aporte de recursos a entidade de previdência privada pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios, suas autarquias, fundações, empresas públicas, sociedades de economia mista e outras entidades públicas, salvo na qualidade de patrocinador, situação na qual, em hipótese alguma, sua contribuição normal poderá exceder a do segurado.

- 13.** Um militar do Estado, na ativa, resolveu candidatar-se ao cargo de Vereador da Cidade onde serve. O seu ingresso na Corporação Militar ocorreu em 15 de março de 2010, na graduação de soldado, cargo que ocupa atualmente. Imaginemos que tenha sido feito o registro de sua candidatura. Diante desse caso, assinale a alternativa correta:
- A) Esse militar é inelegível, tendo em vista que não poderá fazer o alistamento eleitoral durante o serviço militar.
 - B) Caso seja eleito, passará automaticamente, no ato da posse, para a inatividade.
 - C) A partir do registro de sua candidatura, será agregado pela autoridade superior.
 - D) Caso seja eleito, passará automaticamente, no ato da diplomação, para a inatividade.
 - E) A contar do registro de sua candidatura, perderá o cargo de soldado.
- 14.** Não é direito social assegurado à categoria dos trabalhadores domésticos:
- A) Proibição de distinção entre trabalho manual, técnico e intelectual ou entre os profissionais respectivos.
 - B) Proibição de trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de dezoito e de qualquer trabalho a menores de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos.
 - C) Proibição de qualquer discriminação no tocante a salário e critérios de admissão do trabalhador portador de deficiência.
 - D) Proibição de diferença de salários, de exercício de funções e de critério de admissão por motivo de sexo, idade, cor ou estado civil.
 - E) Aviso prévio proporcional ao tempo de serviço, sendo no mínimo de trinta dias, nos termos da lei
- 15.** Assinale a alternativa correta:
- A) Um brasileiro naturalizado não poderá ser oficial da Polícia Militar, uma vez que se trata de cargo privativo de brasileiro nato.
 - B) São brasileiros natos os nascidos no estrangeiro de pai brasileiro e de mãe brasileira, desde que sejam registrados em repartição brasileira competente ou venham a residir na República Federativa do Brasil e optem, em qualquer tempo, depois de atingida a maioridade, pela nacionalidade brasileira.
 - C) São brasileiros naturalizados os estrangeiros de qualquer nacionalidade, residentes na República Federativa do Brasil há mais de dez anos ininterruptos e sem condenação penal, desde que requeiram a nacionalidade brasileira.
 - D) Em razão do direito à vida e do respeito à dignidade da pessoa humana, não é admitida a pena de morte no ordenamento jurídico brasileiro.
 - E) Caso o Brasil seja signatário de um tratado ou convenção internacional sobre direitos humanos, esse diploma será incorporado ao ordenamento jurídico brasileiro como emenda constitucional.
- 16.** Não participa do Conselho da República:
- A) Ministro da Justiça
 - B) Líder da minoria no Senado Federal
 - C) Presidente da Câmara dos Deputados
 - D) Ministro do Planejamento
 - E) Líder da maioria na Câmara dos Deputados

Direito Tributário

17. Assinale a alternativa incorreta:

- A) A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios possuem capacidade tributária para a instituição de tributos, conforme o estabelecido na Constituição da República Federativa do Brasil. Ocorre que, em razão do princípio da facultatividade, o ente político poderá deixar de instituir um tributo caso entenda que o custo de sua administração seja maior do que o valor arrecadado.
- B) Caso um ente político deixe de instituir um tributo, nos termos do texto constitucional, não fica impedido de instituí-lo em outro momento, em razão do princípio da incaducabilidade.
- C) A União não poderá conferir ao Município a possibilidade de legislar sobre o imposto sobre a propriedade territorial rural em razão do princípio da indelegabilidade.
- D) Dois entes políticos cobram de um contribuinte tributos idênticos. Estamos diante da bitributação.
- E) Sem prejuízo de outras garantias asseguradas ao contribuinte, é vedado à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios utilizar tributo com efeito de confisco. Podemos dizer que se trata do respeito ao princípio da proporcionalidade razoável.

18. Assinale a alternativa que não é espécie de tributo:

- A) Taxa de ocupação de terreno de Marinha
- B) Contribuição social
- C) Empréstimo compulsório
- D) Contribuição de melhoria
- E) Contribuição parafiscal

19. Assinale a alternativa correta:

- A) A lei poderá atribuir a sujeito passivo de obrigação tributária a condição de responsável pelo pagamento de imposto, taxa ou contribuição, cujo fato gerador deva ocorrer posteriormente, assegurada a imediata e preferencial restituição da quantia paga, caso não se realize o fato gerador presumido.
- B) A obrigação tributária principal surge com a ocorrência do fato gerador, tem por objeto o pagamento de tributo ou penalidade pecuniária e extingue-se juntamente com o crédito dela decorrente. Com o surgimento dessa obrigação, já é possível a cobrança do tributo.
- C) O lançamento é efetuado com base na declaração do sujeito passivo ou de terceiro, quando um ou outro, na forma da legislação tributária, presta à autoridade administrativa informações sobre matéria de fato, indispensáveis à sua efetivação. Trata-se do lançamento por homologação.
- D) A entrega de declaração pelo contribuinte reconhecendo débito fiscal constitui o crédito tributário, dispensada qualquer outra providência por parte do fisco.
- E) A retificação da declaração por iniciativa do próprio declarante, quando vise a reduzir ou a excluir tributo, dispensa a comprovação do erro em que se funde, desde que ocorra antes de notificado o lançamento.

20. Assinale a alternativa correta:

- A) Sempre que possível, os impostos terão caráter pessoal e serão graduados segundo a capacidade econômica do contribuinte, facultado à administração tributária, especialmente para conferir efetividade a esses objetivos, identificar, relativizando os direitos individuais e nos termos da lei, o patrimônio, os rendimentos e as atividades econômicas do contribuinte.
- B) Em relação à aplicação da legislação tributária, não se deve aplicar a ato ou fato pretérito, em razão do princípio da irretroatividade das leis tributárias.
- C) Os templos de qualquer culto são isentos de pagamento de impostos, nos termos do texto constitucional.
- D) É vedado à União tributar a renda das obrigações da dívida pública dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, bem como a remuneração e os proventos dos respectivos agentes públicos, em níveis superiores aos que fixar para suas obrigações e para seus agentes.
- E) É vedado à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios cobrar tributos no mesmo exercício financeiro em que haja sido publicada a lei que os instituiu ou aumentou, passando a ser possível a cobrança no primeiro dia do exercício seguinte.

Direito Trabalhista

21. Assinale a alternativa correta:

- A) Os Tribunais Regionais do Trabalho compõem-se de, no mínimo, sete juízes, recrutados na respectiva região, e nomeados pelo Presidente da República dentre brasileiros com mais de trinta e menos de sessenta e cinco anos.
- B) O Tribunal Superior do Trabalho compor-se-á de vinte e sete Ministros, escolhidos dentre brasileiros com mais de trinta e menos de sessenta e cinco anos, nomeados pelo Presidente da República após aprovação pela maioria simples do Senado Federal.
- C) Funcionará junto ao Tribunal Superior do Trabalho o Conselho Superior da Justiça do Trabalho, cabendo-lhe exercer, na forma da lei, a supervisão administrativa, orçamentária, financeira e patrimonial da Justiça do Trabalho de primeiro e segundo graus, como órgão central do sistema, cujas decisões terão efeito vinculante.
- D) A justiça do trabalho tem competência para processar e julgar *habeas corpus*, tendo em vista que a Constituição Federal de 1988 estabelece ser possível quando o ato questionado envolver matéria sujeita à sua jurisdição, como no caso de inadimplemento de crédito trabalhista, por este ter natureza alimentícia.
- E) É possível a ocorrência de conflito de competência entre Tribunal Regional do Trabalho e a Vara do Trabalho a ele vinculada.

22. Trata-se de hipótese de suspensão do contrato de trabalho:

- A) Durante os quinze dias iniciais, em caso de acidente.
- B) Afastamento em decorrência de violência doméstica.
- C) Férias
- D) Descanso semanal remunerado
- E) Nojo

23. Assinale a alternativa incorreta:

- A) Qualquer que seja o ramo de atividade da sociedade cooperativa, não existe vínculo empregatício entre ela e seus associados, nem entre estes e os tomadores de serviços daquela.
- B) Para fins de contratação, o empregador não exigirá do candidato a emprego comprovação de experiência prévia por tempo superior a 6 (seis) meses no mesmo tipo de atividade.
- C) Considera-se como de prazo determinado o contrato de trabalho cuja vigência dependa de termo prefixado ou da execução de serviços especificados ou ainda da realização de certo acontecimento suscetível de previsão aproximada.
- D) Na falta de acordo ou prova sobre condição essencial ao contrato de trabalho verbal, esta se presume existente, como se a tivessem estatuído os interessados na conformidade dos preceitos jurídicos adequados à sua legitimidade.
- E) O contrato de trabalho por prazo determinado que, tácita ou expressamente, for prorrogado mais de uma vez passará a vigorar com determinação de prazo.

24. Assinale a alternativa correta:

- A) É possível o aperfeiçoamento de uma relação trabalhista mesmo que o serviço seja prestado pelo empregado uma vez por semana.
- B) Numa relação trabalhista, o requisito da subordinação do empregado em relação ao empregador, é econômica, uma vez que este encarrega-se pelo pagamento do salário.
- C) Um empregado pode, com o objetivo de resolver um problema de ordem particular, deixar de comparecer ao trabalho, desde que em seu lugar compareça, por exemplo, o seu irmão. Tal situação é juridicamente aceitável, tendo em vista que não houve solução de continuidade na prestação do serviço.
- D) O poder disciplinar do empregador sintetiza-se pela possibilidade de fiscalização do serviço prestado pelo empregado.
- E) Em relação ao poder disciplinar do empregador, não é possível o monitoramento de correspondência eletrônica (e-mail) dos empregados, uma vez que este configuraria uma violação ao direito fundamental da intimidade.

Direito Civil

25. Assinale a alternativa incorreta:

- A) A Lei de Introdução às normas do Direito Brasileiro pode ser considerada um código de normas, tendo em vista que o seu objeto é a própria norma, diferentemente de outros diplomas que tem como objeto o comportamento humano.
- B) No Direito Brasileiro não se admite o instituto da reprivatização, tendo em vista que a lei revogada não se restaura por ter a lei revogadora perdido a vigência.
- C) De acordo com a Lei de Introdução às normas do Direito Brasileiro, se, antes de entrar a lei em vigor, ocorrer nova publicação de seu texto, destinada a correção, o prazo deste artigo e dos parágrafos anteriores começará a correr da nova publicação.
- D) Pode-se afirmar que o Código Civil de 1916 foi ab-rogado pelo Código Civil de 2002.
- E) A Lei em vigor terá efeito imediato e geral, respeitados o ato jurídico perfeito, o direito adquirido e a coisa julgada. Consideram-se adquiridos os direitos que o seu titular, ou alguém por ele, possa exercer, como aqueles cujo começo do exercício tenha termo pré-fixo, ou condição pré-estabelecida inalterável, a arbítrio de outrem.

26. Assinale a alternativa correta:

- A) O domicílio do incapaz é o do seu representante ou assistente; o do servidor público, o lugar em que exercer permanentemente suas funções; o do militar, onde servir, e, sendo da Marinha ou da Aeronáutica, será em Brasília; o do marítimo, onde o navio estiver matriculado; e o do preso, o lugar em que cumprir a sentença.
- B) Os que, por enfermidade ou deficiência mental, não tiverem o necessário discernimento para a prática dos atos da vida civil são considerados relativamente incapazes.
- C) Cessará, para os menores, a incapacidade de fato pela concessão dos pais, ou de um deles na falta do outro, mediante instrumento público, o qual será homologado judicialmente, ou por sentença do juiz, ouvido o tutor, se o menor tiver dezesseis anos completos.
- D) Em caso de abuso da personalidade jurídica, caracterizado pelo desvio de finalidade, ou pela confusão patrimonial, pode o juiz decidir, a requerimento da parte, ou do Ministério Público quando lhe couber intervir no processo, que os efeitos de certas e determinadas relações de obrigações sejam estendidos aos bens particulares dos administradores ou sócios da pessoa jurídica.
- E) Decai em cinco anos o direito de anular a constituição das pessoas jurídicas de direito privado, por defeito do ato respectivo, contado o prazo da publicação de sua inscrição no registro.

27. Assinale a alternativa incorreta:

- A) A pretensão de restituição dos lucros ou dividendos recebidos de má-fé, correndo o prazo da data em que foi deliberada a distribuição prescreve em três anos.
- B) A pretensão dos credores não pagos contra os sócios ou acionistas e os liquidantes, contado o prazo da publicação da ata de encerramento da liquidação da sociedade prescreve em cinco anos.
- C) A pretensão dos profissionais liberais em geral, procuradores judiciais, curadores e professores pelos seus honorários, contado o prazo da conclusão dos serviços, da cessação dos respectivos contratos ou mandato prescreve em cinco anos.
- D) A pretensão para haver juros, dividendos ou quaisquer prestações acessórias, pagáveis, em períodos não maiores de um ano, com capitalização ou sem ela prescreve em três anos.
- E) A pretensão relativa à tutela, a contar da data da aprovação das contas, prescreve em quatro anos.

28. Assinale a alternativa correta:

- A) Considera-se possuidor aquele que, achando-se em relação de dependência para com outro, conserva a posse em nome deste e em cumprimento de ordens ou instruções suas.
- B) O possuidor de boa-fé tem direito à indenização das benfeitorias voluptuárias e poderá exercer o direito de retenção pelo valor das mesmas.
- C) Aquele que exercer, por 2 (dois) anos ininterruptamente e sem oposição, posse direta, com exclusividade, sobre imóvel urbano de até 250m² (duzentos e cinquenta metros quadrados) cuja propriedade divida com ex-cônjuge ou ex-companheiro que abandonou o lar, utilizando-o para sua moradia ou de sua família, adquirir-lhe-á o domínio integral, desde que não seja proprietário de outro imóvel urbano ou rural.
- D) Aquele que possuir coisa móvel como sua, contínua e incontestadamente durante três anos, adquirir-lhe-á a propriedade.
- E) O possuidor de má-fé responde por todos os frutos, desde o momento em que se constituiu de má-fé, tendo, no entanto, direito às despesas da produção e custeio.

29. Assinale a alternativa incorreta:

- A) O credor pode ceder o seu crédito, se a isso não se opuser a natureza da obrigação, a lei, ou a convenção com o devedor; a cláusula proibitiva da cessão não poderá ser oposta ao cessionário de boa-fé, se não constar do instrumento da obrigação.
- B) Se o contrato for estimatório, por dizer respeito a coisas ou fatos futuros, cujo risco de não virem a existir um dos contratantes assumo, terá o outro direito de receber integralmente o que lhe foi prometido, desde que de sua parte não tenha havido dolo ou culpa, ainda que nada do avençado venha a existir.
- C) A proposta de contrato obriga o proponente, se o contrário não resultar dos termos dela, da natureza do negócio, ou das circunstâncias do caso.
- D) Os contratos entre ausentes tornam-se, em regra, perfeitos desde que a aceitação é expedida.
- E) A oferta ao público equivale a proposta quando encerra os requisitos essenciais ao contrato, salvo se o contrário resultar das circunstâncias ou dos usos.

30. Assinale a alternativa incorreta:

- A) O incapaz responde pelos prejuízos que causar, se as pessoas por ele responsáveis não tiverem obrigação de fazê-lo ou não dispuserem de meios suficientes.
- B) Aquele que demandar por dívida já paga, no todo ou em parte, sem ressaltar as quantias recebidas ou pedir mais do que for devido, ficará obrigado a pagar ao devedor, no primeiro caso, o dobro do que houver cobrado e, no segundo, o equivalente do que dele exigir, salvo se houver prescrição.
- C) Se a vítima tiver concorrido culposamente para o evento danoso, a sua indenização será fixada tendo-se em conta a gravidade de sua culpa em confronto com a do autor do dano.
- D) O credor que demandar o devedor antes de vencida a dívida, fora dos casos em que a lei o permita, ficará obrigado a esperar o tempo que faltava para o vencimento, a descontar os juros correspondentes, embora estipulados, e a pagar as custas em dobro.
- E) Aquele que ressarcir o dano causado por outrem pode reaver o que houver pago daquele por quem pagou, salvo se o causador do dano for descendente seu.

Conhecimentos Específicos em Metrologia

31. Em relação ao Sistema Internacional de Unidades (SI), podemos afirmar que:

- A) Substituiu o Sistema Métrico Decimal em 1970.
- B) Foi adotado pelo Brasil em 1971.
- C) Foi ratificado no Brasil em 1988 pela Resolução 12 do Conselho Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial – CONMETRO.
- D) É utilizado em mais de 200 países em todo o mundo, inclusive na Inglaterra e nos Estados Unidos.
- E) Possui sete grandezas físicas consideradas como básicas ou fundamentais, entre elas estão comprimento, massa e volume.

32. Marque a alternativa que NÃO apresenta, em sua plenitude, unidades de medidas presentes no Sistema Internacional de Unidades (SI).

- A) Segundo, quilograma, watt, metro quadrado e joule.
- B) Volt, metro, metro por segundo, pascal e graus Celsius.
- C) Metro, grama, bar, newton e kelvin.
- D) Joule, metro cúbico, kelvin, hertz e mol.
- E) Watt, radiano, metro cúbico por segundo, ohm e lux.

33. Calibração é um conjunto de operações que relaciona os valores indicados por um instrumento de medição e os valores indicados por um padrão. A calibração dos equipamentos no processo produtivo tem uma importância fundamental na garantia da qualidade dos produtos, podendo proporcionar diversas vantagens. Marque abaixo a alternativa que NÃO representa uma vantagem proporcionada pela calibração.

- A) Redução na variação das especificações técnicas dos produtos.
- B) Garantia da rastreabilidade das medições.
- C) Prevenção de defeitos.
- D) Compatibilidade das medições.
- E) Aumento na produção.

34. Leia atentamente:

- I. Utilizado em medidas angulares de peças.
- II. Mede dimensões lineares internas, externas e de profundidade de uma peça.
- III. Mede dimensões de uma peça por comparação.

As sentenças I, II e III descrevem tipos de medições realizadas, respectivamente, pelos seguintes instrumentos:

- A) Relógio comparador, micrômetro e paquímetro.
- B) Goniômetro, paquímetro e relógio comparador.
- C) Micrômetro, goniômetro e trena.
- D) Paquímetro, micrômetro e goniômetro.
- E) Micrômetro, paquímetro e relógio comparador.

35. Bicos, orelhas, faces para medição externa, faces para medição interna, escala principal, nônio, impulsor e parafuso de fixação são partes integrantes do:

- A) Paquímetro
- B) Goniômetro
- C) Micrômetro
- D) Relógio comparador
- E) Torquímetro

36. A metrologia pode ser dividida basicamente em três áreas de atuação: a metrologia científica, a metrologia industrial e a metrologia legal. Com relação à metrologia legal, podemos afirmar que é de sua responsabilidade:

- A) A medição e o controle de peças nas linhas de produção industriais.
- B) A verificação de taxímetros e o controle de emissão dos gases da combustão nos veículos.
- C) A Calibração de balanças analíticas para laboratórios.
- D) O controle e a atualização das normas relacionadas à metrologia.
- E) As leis que definem as unidades de medida padronizadas no Sistema Internacional de Unidades.

37. Leia atentamente:

- I. Representa a aproximação entre o resultado da medição e o valor verdadeiro da grandeza a medir.
- II. Diferença entre o valor real (verdadeiro) da grandeza medida e o valor resultante de uma medição.
- III. Indicação dos limites máximos (superior e inferior) dos erros que se supõem possam ter sido cometidos ao medir uma dada grandeza.

As sentenças I, II e III acima descrevem, respectivamente, os seguintes conceitos relacionados à qualidade na medição:

- A) Exatidão, erro de medição e incerteza.
- B) Erro de medição, exatidão e variação de medição.
- C) Erro de medição, variação de medição e incerteza.
- D) Exatidão, variação de medição e incerteza.
- E) Incerteza, erro de medição e variação de medição.

38. Em relação à norma ABNT NBR 6388:1983, podemos afirmar que:

- A) É uma norma que fixa as condições exigíveis para aceitação dos micrômetros com leitura de 0,01 mm no que se refere às suas características principais, dimensionais e funcionais.
- B) É uma norma pertencente ao banco de dados de normas da ISO - *International Organization for Standardization* (Organização Internacional para Padronização).
- C) Possui como título "Paquímetros com leitura de 0,05 mm".
- D) É uma norma regulamentadora pertencente a ABNT (Associação Brasileira de Normas Técnicas).
- E) É uma norma que foi cancelada no ano de 2013, substituída pela norma ABNT NBR ISO 463:2013.

39. Em uma linha de produção de tubos plásticos, dois inspetores de qualidade realizam testes de inspeção diferentes nos tubos produzidos, o primeiro inspeciona o comprimento e o segundo inspeciona o diâmetro. Em um lote de 100 tubos, o primeiro inspetor encontrou 30 tubos com problemas no comprimento e o segundo inspetor encontrou 20 tubos com problemas no diâmetro. Sabendo que 60 tubos não apresentaram nenhum problema, qual é a probabilidade de se escolher um tubo no lote que apresente problemas no diâmetro e no comprimento?

- A) 0,2
- B) 0,5
- C) 0,3
- D) 0,1
- E) 0,25

40. Em um lote de 10.000 peças, um inspetor coletou 50 peças para análise dimensional de comprimento. O comprimento padrão da peça é 10,00 mm. O resultado da análise dimensional apresentou uma distribuição normal, com média de comprimento de 10,10 mm e desvio padrão de 0,02 mm. Sabendo que pela distribuição normal 99,73% dos resultados ficam compreendidos a uma amplitude de 6 desvios padrões, podemos estimar que a quantidade de peças com comprimento abaixo de 10,04 mm e acima de 10,16 mm é:

- A) 27 peças
- B) 50 peças
- C) 1 peça
- D) 270 peças
- E) 135 peças